

# Design de moda e portador de deficiência física: uma abordagem sobre inclusão no mercado da moda.

*Fashion design and physical disability: an approach on inclusion in the fashion market*

Maffei, Simone Thereza Alexandrino; Bach; FAAC – UNESP – Bauru  
[simone.maffei@hotmail.com](mailto:simone.maffei@hotmail.com)

Santos Filho, Abílio dos; Dr.; FAAC – UNESP – Bauru  
[abilio@feb.unesp.br](mailto:abilio@feb.unesp.br)

Menezes, Marizilda dos Santos; Dra; FAAC – UNESP – Bauru  
[marizil@faac.unesp.br](mailto:marizil@faac.unesp.br)

## Resumo

Proteção influenciou a criação do vestuário, um elemento cultural, que originou a moda. Sendo a desabilidade física inconsistente com os conceitos de estética e beleza da sociedade, artefatos comuns como a roupa oferece pouca acessibilidade a esta parcela da população. Porém, nota-se a falta de pesquisa em design de moda voltado a este público. A aplicação da ergonomia na modelagem das vestimentas é fundamental na busca da satisfação das necessidades deste público.

**Palavras chave:** Design de Moda, Ergonomia, Deficientes Físicos.

## Abstract

*Protection influenced the creation clothing, a cultural element, of it appeared the fashion. Being the physical disability inconsistent with the society aesthetic and beauty concepts, common devices as the clothes offers little accessibility to this parcel of the population. Noticed lack of research in fashion design directed to this public. The ergonomics application in clothes modeling is basic in the search of the public necessities satisfaction.*

**Keywords:** fashion design, ergonomics, physical deficiency.

**Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**

8 a 11 de outubro de 2008 São Paulo – SP Brasil ISBN 978-85-60186-03-7

©2008 Associação de Ensino e Pesquisa de Nível Superior de Design do Brasil (AEND|Brasil)

Reprodução permitida, para uso sem fins comerciais, desde que seja citada a fonte.

Este documento foi publicado exatamente como fornecido pelo(s) autor(es), o(s) qual(is) se responsabiliza(m) pela totalidade de seu conteúdo.

## **Introdução**

Ao longo da história da indumentária pode-se notar que a ergonomia não teve seu grau de importância no processo de criação e execução do vestuário. Sua relevância na moda é algo bastante recente.

A ergonomia não deve ser vista como uma simples aplicação de dados e sim uma busca pelo desenvolvimento de uma abordagem totalmente voltada ao usuário, para que se consiga projetar produtos baseados nas necessidades e interesses do público alvo, com ênfase em tornar o produto útil e compreensível.

Sabendo que a moda é reflexo da sociedade em todos os aspectos – cultural, social e econômico – esta sempre foi tida como meio de protesto ou externalização dos acontecimentos de suas várias épocas.

Espartilho, gola alta, saias longas, volumosas e pesadas foram dando espaço para calças, blusas leves e saias curtas ao mesmo tempo em que a sociedade foi evoluindo.

Porém, ao longo da evolução do design de moda não é claro a aplicação do design ergonômico. Isto é devido à função estética que a indústria do vestuário tomou no mercado. Com base neste pensamento, deve-se enfatizar que a moda se desenvolve pela tecnologia das fibras e dos tecidos, não se preocupando em atender as necessidades reais do usuário.

No mercado da moda, todo este investimento em tecnologia têxtil e modelagem são voltados para um público munido de membros perfeitamente saudáveis. Decorrente deste fato surgem algumas insatisfações, criadas por condições naturais, temporárias ou permanentes, como, especificamente neste artigo, pessoas portadoras de deficiência física.

Sabe-se que o público consumidor é bastante diversificado e na maioria das vezes não se enquadram na modelagem padrão. Deve-se questionar se a roupa que o mercado oferece e impõem aos consumidores é realmente adequada as atividades diárias que as pessoas desenvolvem.

Este artigo aborda a questão da aplicação do design ergonômico ao longo da história da indumentária, focando o público de portadores de deficiência física.

## **A moda e seu papel na sociedade**

Desde que a idéia de proteger o corpo foi posta em segundo plano, uma das funções sociais da moda – a estética – passou a ser chave soberana da distinção social (LIPOVETSKY, 1991).

Durante a fase inaugural da moda – entre os séculos XIV e XIX – já era revelado seus traços sociais e estéticos mais característicos, mas para grupos muito restritos que monopolizaram o poder de iniciativa e de criação.

O que se encontra na história da moda desde a Idade Média não é o relato inesgotável de seu conteúdo, mas a dialética da distinção e pretensão das classes sociais. Seu “nascimento” é datado a partir desta época quando é possível reconhecer a moda como sistema com suas metamorfoses e extravagâncias, seus exageros na alta sociedade, a inconstância em matérias e formas. Há neste momento uma tomada de consciência inédita da identidade subjetiva, da vontade de expressão da singularidade individual, da exaltação da individualidade (LIPOVETSKY, 1991).

Da metade do século XIX até a década de 1960, vimos o advento da aristocracia, das sociedades burocráticas e com este a história do luxo, das rivalidades e distinções de classes.

Nos anos de 1950 e 60 surge com força a Alta Costura, que passa a monopolizar a criação, inovação e tendências, porém, a preços bastante altos. Desta maneira a Alta Costura acelerou e “regularizou” a indústria do vestuário, ou seja, passou a “ditar as regras”, a ser o “árbitro da elegância”. Instalou-se uma normalização da mudança de moda, com data fixa, por um grupo especializado.

Mesmo sendo um fenômeno social de considerável oscilação, este campo do design não escapa da abrangência histórica. A moda não tem objetivo próprio ou forma específica, ela está ligada a um dispositivo social, caracterizado pela temporalidade. É o vestuário que proporciona uma heterogeneidade (BERGAMO, 1998).

Fato marcante que retrata tal notificação foi o “New Look” de Christian Dior. A Segunda Guerra Mundial retratou no vestuário o tempo de escassez. Devido o racionamento na tentativa de gerenciar a utilização de produtos o design ficou empobrecido por vedação de materiais. Assim as roupas apresentavam-se sóbrias e enxutas, sem grandes novidades em materiais, sendo estes bastante comuns como o linho e o algodão. Foi, portanto, em 1947 que Dior “aliviou” as mulheres da época com seu “New Look”, adotando saias longas e cheias, sapatos com salto bem alto e cintura esguia e apertada.

É certo, que tal fato, foi uma revolução para a época, sendo adotado e aclamado por muitos. O salto alto, a silhueta esguia e apertada representou uma libertação dos tempos escassos da guerra, porém, ao mesmo tempo, vai contra os princípios de conforto para o corpo.

A extraordinária generalização das vestimentas através das ideologias publicitárias e da cultura midiática acrescido da inacessibilidade financeira de produtos da Alta Costura fez com que este campo do design voltasse-se para a produção-consumo-comunicação de massa.

Segundo Lipovetsky (1990) as coleções são apresentadas a representantes estrangeiros, em seguida a clientes particulares. Os profissionais estrangeiros compram o modelo de sua escolha e o direito que reproduzi-los em grande série em seus países. Assim, muito rapidamente, a população em geral pode vestir-se com modelos replicados da Alta Costura a preços acessíveis.

A massificação destas vestimentas faz com que o projeto do vestuário seja colocado em segunda instância e com ele o design ergonômico fica esquecido, perdendo sua essência.

A produção de vestimentas tornou-se uma atividade globalizada, que se movimentava num ritmo cada vez maior. As empresas do vestuário preocupam-se com inovação e qualidade do produto, visando às passarelas do mundo (SILVEIRA, 2006). No mercado da moda, todo este investimento em tecnologia têxtil e modelagem são voltados para um público munido de membros perfeitamente saudáveis, com medidas que o “mundo das passarelas” exige (DORFLES, 1984).

## **O design ergonômico no mercado da moda**

Desde as primeiras civilizações, o homem tenta suprir, da melhor maneira, suas necessidades diante dos demais elementos da natureza, por essa razão surgiram as roupas (MAFFEI & PASCHOARELLI, 2006). Um dos fatores de maior influência para a criação dos vestuários foi a necessidade de se proteger do meio-ambiente. Sendo o vestuário um elemento cultural, dele surgiu a moda, então com propósitos estéticos, e que se desenvolveu de acordo com a evolução social e tecnológica.

A indumentária como conhecemos hoje é resultado de pesquisas e avanços tecnológicos na área têxtil e da moda (BERGAMO, 1998). Esta prima pelas inovações tecnológicas, pois a tecnologia permite flexibilidade nos processos de modo que se pode produzir mais e com melhor qualidade além da possibilidade de adaptação de produtos diferenciados e com custos menores (SILVA, 1998 *apud* SILVEIRA, 2006).

Assim, pode-se dizer que a indústria do vestuário se desenvolve pela interatividade das fibras e dos tecidos, não se preocupando em atender as necessidades reais do usuário final.

A moda no mundo globalizado passa a ser a pedra angular do status e estética da vida coletiva. Assim, este campo do design está nos comandos de nossas sociedades, a sedução e o efêmero tornam-se os princípios organizadores da vida coletiva e moderna.

A importância da estética está norteando o desenvolvimento de produto em todas as áreas. A mudança estética de modelos é muito mais rápida e freqüente que a evolução do produto em si.

Mas o que realmente encontramos em grandes magazines é a banalização que grandes projetos de vestimentas. A moda é produto de planejamento, concepção de um projeto, que acaba sendo banalizada na reprodução em massa.

O fenômeno da necessidade do novo, segundo Rigueiral (2002), chega a ultrapassar os dois tradicionais lançamentos anuais – verão e inverno – “obrigando” confecções a lançar produtos quase que diariamente. Isso acaba por prejudicar a imagem, a coordenação, a identidade e o planejamento de tais indústrias.

Embasados na BELEZA, cada vez mais o público consumidor escolhe seus objetos de consumo, no caso, a roupa, com os sentidos – principalmente o visual - não se importando com a verdadeira função do produto, como conforto por exemplo.

Sabe-se que o público consumidor é bastante diversificado e na maioria das vezes não se enquadram na modelagem padrão. Outro fator agravante, no que se diz respeito à satisfação do consumidor, é a falta de fontes antropométricas que forneçam dados precisos e científicos para as empresas de vestuário no desenvolvimento das coleções, fazendo com que essas utilizem tabelas de medidas de outros países, adaptando-as ao usuário brasileiro. Tal ação acaba inviabilizando o projeto de vestuário, pois atenderá apenas a parte do público consumidor que se encaixa nessas medidas (SILVEIRA E SILVA, 2007).

Apesar da maioria das roupas satisfazer as necessidades diárias, algumas dessas exigências especiais são criadas por condições naturais como estatura – muito alta ou muito baixa –, temporária como obesos, ou permanentes como, pessoas com deficiências físicas.

Para Grave (2004) o design de moda visa atender as exigências do usuário final, trabalhando a leitura do corpo, referindo-se a sua cobertura. Sendo assim, se as regras anatômicas forem aplicadas à modelagem, pode-se contribuir ergonomicamente com os indivíduos em questão. As funções práticas do produto, com ênfase no usuário, são preocupações da ergonomia que prioriza o conforto, a segurança, a saúde e o bem-estar. Para que o produto esteja focado no usuário é necessário que critérios ergonômicos estejam atrelados com a metodologia projetual, para a concepção do vestuário (SILVEIRA E SILVA, 2007).

É importante citar que a ergonomia como ciência trata de desenvolver conhecimentos sobre as capacidades, limites e outras características do desempenho humano. Integra conhecimentos provenientes das ciências humanas para adaptar tarefas, sistemas, produtos e ambientes às habilidades e limitações das pessoas (MORAES & MONT’ALVÃO, 2003). A ergonomia, no caso dos produtos do vestuário, se aplica de forma direta focando o consumidor, particularmente no emprego dos conhecimentos da anatomia, fisiologia e psicologia na solução de problemas surgidos desse relacionamento (IIDA, 2005).

## **O deficiente físico frente ao mercado da moda**

“A desabilidade física é inconsistente com os conceitos de beleza da sociedade, sua presença sempre causa uma interação tensa entre as pessoas com a desabilidade e as pessoas que não possuem tal deficiência física” (PÉCLAT & BALL, 2004 *apud* CHRISTMAN & BRANSON, 1990 p. 51).

Deve-se lembrar que, segundo Qualharini e Anjos (1998), os princípios de exclusão dos deficientes da vida em sociedade, foram adotados por todos os povos que tiveram influência da cultura grega, incluindo a sociedade ocidental, onde a beleza física é freqüentemente associada ao caráter, sendo os portadores de deficiências freqüentemente

vistos como objeto de pena, resultado de um castigo divino ou meio de diversão para os cidadãos aceitos pela sociedade como “normais”.

De acordo com a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), deficiência é descrita como “a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e, a incapacidade, como a restrição, resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal, que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência” (NERI, 2003).

As normas adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas em sua 48ª sessão em 20 de dezembro de 1993 (Resolução 48/96) que tratam sobre equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência determinam que a palavra “deficiência” (disability) resume um grande número de diferentes limitações funcionais que ocorrem em qualquer população em qualquer país do mundo (FARIA & BUCHALLA, 2005).

O termo deficiência é apresentado pela NBR 9050:

“Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.”

As pessoas podem ficar deficientes por impedimento físico, intelectual ou sensorial, condições médicas ou doença mental. Tais impedimentos, condições ou doenças podem ser permanentes ou transitórios por natureza (APADE, 1999).

A palavra "deficiente" opõe-se ao significado de "eficiente", quando aplicada às pessoas que sofrem limitações físicas, sensoriais ou mental e tal entendimento explica a dificuldade de adequar o espaço construído, às necessidades dos usuários com limitações físicas. Em vista disso, muitas pessoas transformam-se em “verdadeiros incapazes” para a realização das tarefas do dia-a-dia, desde a manutenção de sua higiene pessoal, até a capacidade para o trabalho e lazer, resultando na exclusão social destas pessoas (QUALHARINI & ANJOS, 1998).

A Organização Mundial da Saúde estima que em todo o mundo, pelo menos 10% da população é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. Destas, 50% corresponde a deficiência mental; 20% deficiência física; 15% auditiva, 5% visual e, ainda, 10% múltipla. As deficiências classificam-se como mentais, físicas, sensoriais, orgânicas e múltiplas.

A deficiência física, propriamente dita, consiste na “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” ((arts. 5º e 70, Decreto nº 5.296, 2/12/04). BRASIL 2004 *apud* SASSAKI, 2002). As condições de saúde relacionadas às doenças, transtornos ou lesões são classificadas na CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Revisão).

Dentro do universo das deficiências, o portador de deficiência física motora é um dos indivíduos mais fortemente penalizados pela falta de acessibilidade do espaço urbano e edificado, pois sua mobilidade depende do uso de cadeira de rodas, e o ambiente construído continua pouco adaptado para garantir o seu direito de ir e vir.

Segundo os levantamentos bibliográficos, nota-se que há uma preocupação com os portadores de deficiência no que diz respeito à acessibilidade. De acordo com a ONU, nos últimos 30 anos várias iniciativas, programas e planos de ação foram desenvolvidos com o objetivo de melhorar a vida de pessoas com algum tipo de deficiência. Existem projetos de

arquitetura e urbanização como as habitações especiais, locais de acesso público com rampas, transporte público com elevador, entre outros. O projeto de Lei nº. 7.699/06, objetiva assegurar a integração social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas com as diversas desabilidades. Obrigará órgãos como o SUS, ao fornecimento gratuito de materiais da área da saúde; cota mínima no preenchimento de vagas para cursos de pesquisa e extensão; inclusão de trabalhadores com deficiência nos programas governamentais de geração de emprego e renda; transporte público coletivo interestadual gratuito as pessoas de baixa renda; além de 5% de cargos e empregos públicos preenchidos de forma direta ou indireta por pessoas com deficiência.

Santos (2004) aponta a acessibilidade como sendo um dos principais fatores que comanda a relação sociedade e indivíduos portadores de deficiências, influenciando em vários aspectos diretamente ligados a seus direitos enquanto cidadão.

A Lei da Acessibilidade, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tanto, conceitua-se acessibilidade:

“Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (MICHELINE *et al*, 2007).

Identifica-se uma grande falta de pesquisa e informações voltadas a esta problemática, principalmente no campo da ergonomia, no que diz respeito a sua relação com os produtos que usa e ambientes que freqüentam. (CARVALHO, 2001).

Existe uma preocupação com a saúde e o bem-estar social desta parcela especial da população. Porém, deve-se questionar se a roupa, algo que está todos os dias, ao longo da maior parte das horas, em contato direto com o corpo é realmente acessível aos portadores de deficiência física.

Considerar a sensibilidade afetada, as alterações físicas, a pouca mobilidade, os planos anatômicos alterados e em alguns casos alergias aos tecidos é fundamental para que se consiga uma modelagem que atenda as necessidades das pessoas portadoras de deficiência física (Grave 2004).

Conflitar se há uma aderência adequada, liberdade de atrito entre recortes, costuras e corpo é necessário para integrar a patologia da pessoa com a desabilidade física e o uso das vestimentas. Para Silveira (2006) identificar a aplicação dos conceitos de ergonomia no projeto do vestuário permite ao usuário efeitos não apenas estéticos, mas principalmente a sua adequação às medidas anatômicas do corpo humano e às finalidades de uso.

## **Considerações finais**

Conforme o que foi apresentado, observa-se a grande necessidade dos designers de moda em apresentarem projetos de indumentária mais específicos para esta parcela especial da população: os deficientes físicos.

Péclat (2004) e Grave (2004) apresentam estudos para uma modelagem ergonomicamente correta para deficientes físicos, onde mostram estudos antropométricos de alguns casos específicos. Silveira (2006) traz uma análise de critérios da ergonomia para o vestuário voltado ao público em questão. Porém levantamentos bibliográficos mostram a inexistência de estudos que abordem as dificuldades, desconfortos, incômodos, limitações causadas ou impostas pelo vestuário comum aos portadores de deficiência física, o que demonstra a real necessidade de se conhecer tais variáveis, contribuindo assim de modo significativo ao design ergonômico e ao design de moda.

Somente através de planejamento e estudos mais aprofundados nas reais necessidades das pessoas portadoras de deficiência física é que o design cumprirá seu real papel na sociedade: o de proporcionar a satisfação dos anseios de seu público consumidor.

## **Bibliografia**

ABNT. NBR 9050: 2004. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>. Acessado em Dezembro em 2007.

APADE – Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência da Eletropaulo e CVI-AN – Centro de Vida Independente Araci Nallin. Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. São Paulo, 1999.

BERGAMO, A. **O campo da moda.** Revista de Antropologia, v. 41, n.2. São Paulo, 1998.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de Outubro de 1996.** In: <http://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196>.

DORFLES, G. **A Moda da Moda.** Tradução port. Edições 70, 1984.

FARIAS, N. e BUCHALLA, C. M. **A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas.** Rev. Bras. epidemiol., jun. 2005, vol.8, no.2, p.187-193. ISSN 1415-790X. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2005000200011&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000200011&lng=pt&nrm=isso). Acessado em Dezembro de 2007.

GRAVE, M. F. **A Modelagem sob a ótica da Ergonomia.** Zennex Publishing. São Paulo, 2004.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produção.** São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero.** Cia das Letras, 2ª Ed. São Paulo, 1990.

MAFFEI, S. T. A; PASCHOARELLI, L. C. **Tecidos Inteligentes como alternativa na aplicação dos critérios do design de moda.** 7º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, Curitiba, 2006 [cd-rom].

MICHELINE, M. et al. **Avaliação e análise de acessibilidade de um deficiente físico motor, através do software CATIA, em habitações de interesse social.** UFPR, 2007. Disponível em: <http://www.cesec.ufpr.br/workshop2007/Artigo-25.p>. Acessado em Novembro de 2007.

MORAES, A.; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia: conceitos e aplicações.** 2AB, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2000.

NERI, M. [et al.]. **Retratos da deficiência no Brasil (PPD).** FGV/IBRE, CPS. Rio de Janeiro, 2003.

PAIM, P. **Lei nº. 7699/06 apresentada ao PL 3638/00.** Agência Câmara, 2007; In: <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=848>, acessado em Outubro de 2007.

PÉCLAT, S. A.; BALL, C. **Design de Vestuário para usuários de cadeira de rodas: um estudo de caso.** 4º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade, Rio de Janeiro, 2004 [cd-rom].

QUALHARINI, E. L.; ANJOS, F. C. **Ergonomia no espaço edificado para pessoas portadoras de deficiência.** ENEGEP, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998\\_ART086.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART086.pdf). Acessado em Outubro de 2007.

TAMBINI, M. O Design do Século. Editora Ática. São Paulo, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9. Disponível em: <http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf>. Acessado em Janeiro de 2008.

SILVEIRA, I. **A tecnologia para a produção do vestuário.** 6º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade, Bauru, 2006 [cd-rom].

\_\_\_\_\_ **Critérios ergonômicos na configuração de produtos do vestuário.** 6º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade, Bauru, 2006 [cd-rom].